

SUJEITO PASSIVO:

ENDEREÇO:

PAT Nº: 20262903700004

DATA DA AUTUAÇÃO: 14/01/2026

CAD/CPF: ,

INSC. ESTADUAL: 00000007216548

DECISÃO Nº: 20262903700004/2026/PROCEDENTE/1ª/TATE/SEFIN

- 1. Realizar operação de transferência Interestadual de bovinos vivos, sem pagar o ICMS diferido em operações anteriores.*
- 2. Defesa tempestiva. 3. Infração não ilidida.*
- 4. Auto de infração procedente.*

1 – RELATÓRIO

O sujeito passivo promoveu a saída interestadual de bovinos, acobertada pelas NF-e nº 2 e 3, animais adquiridos de terceiros, conforme descrito na natureza da operação, bem como pelas NF-e nº 6653010 e 6653013, emitidas no mesmo dia para o sujeito passivo, com idêntica quantidade de animais, operação tributada, porém submetida ao regime ICMS diferido. Entretanto, em razão da posterior saída de Rondônia com destino a outro Estado, restou configurado o encerramento do diferimento, impondo-se ao sujeito passivo a obrigação de recolher o ICMS referente à etapa anterior da circulação, tornando-se exigível o imposto anteriormente diferido, nos termos do Item 05, Parte 2, do Anexo III (Nota1e Inciso II) do RICMS/RO.

Demonstrativo de Base de cálculo: ICMS: R\$ 578.346,67 (Valor das NF-e 6653010 e 6653013) x 12% = R\$ 69.401,60; multa: R\$ 69.401,60 x 90% = R\$ R\$ 62.461,44; total: R\$ 131.863,04.

Os dispositivos infringidos são: artigo 77, inciso VII, alínea "b", item 2 da Lei 688/96 e item 05, parte 2 do Anexo III do RICMS/RO. A penalidade foi capitulada no art. 77, inciso VII, alínea "b", item 2 da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado via DET, em 16.01.2026, apresentando defesa tempestiva.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA DEFESA

A impugnante alega que não teve acesso às cópias da mencionada NF-e ou da GTA, ou ainda às consultas/relatórios utilizados pela fiscalização, à memória de cálculo discriminada e a quaisquer outros anexos referidos na descrição da infração, o que compromete o contraditório e a ampla defesa.

Sem acesso à nota fiscal apontada como suporte do auto de infração, bem como da GTA e dos demais elementos que teriam embasado a ação fiscal, a impugnante fica impossibilitada de aferir, com segurança: (i) a natureza jurídica da operação retratada (especialmente se se trata de mera transferência entre estabelecimentos da mesma titularidade); (ii) os dados completos do remetente/destinatário e sua correlação com a titularidade; (iii) a composição e os critérios da base de cálculo; e (iv) a própria coerência entre os fatos alegados e a capitulação jurídica aplicada.

A deficiência ora apontada não constitui mero formalismo. A Lei nº 3.830/2016 determina que serão inválidos os atos administrativos na hipótese de falta ou insuficiência de motivação (art. 11, VI), sendo certo que devem ser motivados os atos que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções

A Lei nº 3.830/2016 assegura ao interessado, na fase instrutória e antes da decisão, o direito de juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações (art. 56), prevendo, ainda, que somente podem ser recusadas mediante decisão fundamentada as provas propostas quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias (art. 56, § 2º).

A impugnante requer, em caráter preliminar, o saneamento do feito, com a determinação da juntada integral aos autos de todos os documentos e elementos que embasaram a presente autuação.

Subsidiariamente, caso não se promova o saneamento ora pleiteado — ou caso se mantenha a exigência sem que sejam disponibilizados os elementos essenciais que lastrearam o lançamento, requer-se seja reconhecida a nulidade do auto, por violação aos princípios e garantias processuais administrativos,

especialmente por insuficiência na motivação e cerceamento do direito de defesa (arts. 5º, 11, VI e 13, II, da Lei nº 3.830/2016).

A impugnante aduz que inexistente ICMS anteriormente diferido, diante da isenção na operação interna (item 92, parte 2, Anexo I do RICMS).

Não por outra razão, o próprio item 92 do Anexo I do RICMS/RO, em sua Nota 2, é expresso ao consignar que apenas as saídas não alcançadas pela isenção é que poderão, quando cabível, ser amparadas pelo regime de diferimento, previsto no item 05 da Parte 2 do Anexo III do Regulamento.

Ainda que se admitisse a existência de uma operação interna antecedente, é certo que não existiria imposto “antes diferido” a ser exigido, justamente porque o regime jurídico aplicável à referida operação seria o da isenção, e não o do diferimento. Se, de um lado a fiscalização escolhe a realidade que melhor se amolde aos interesses da arrecadação, por outro lado, a impugnante só pode sustentar o que melhor atende suas preferências, qual seja, a isenção do ICMS.

Não se deve perder de vista que o Código de Defesa do Contribuinte, introduzido pela LC 225/2026, prevê, em seu artigo 3º, inciso I que “a administração tributária deve respeitar a segurança jurídica e a boa-fé ao aplicar a legislação tributária”.

A fiscalização presumiu de forma indevida a inexistência de produção própria, pois concluiu que os bovinos transferidos não poderiam ser de propriedade da impugnante. Mas, em nenhum momento a fiscalização demonstrou, de forma objetiva e inequívoca, a origem dos animais, limitando-se a inferir que, frente ao marco cadastral do estabelecimento, os bovinos não poderiam ser de propriedade da impugnante.

Entretanto, em matéria tributária, as presunções somente podem ser admitidas quando expressamente previstas em lei, sobretudo quando fundamentam a constituição de crédito tributário.

Nesse contexto, mostra-se como juridicamente inadmissível inverter o ônus da prova promovida pela autuação, ao exigir que o contribuinte demonstre um fato negativo – qual seja, que os animais não foram adquiridos de terceiros

– para afastar uma presunção criada pela própria fiscalização vez que é consabido que no âmbito do processo administrativo tributário, cabe à autoridade fiscal comprovar a ocorrência do fato gerador e a subsunção do fato à norma, não sendo lícito transferir ao sujeito passivo o dever de infirmar suposições não comprovadas.

A operação subsequente, consiste em mera transferência interestadual do lote entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, hipótese em que, igualmente, não há recolhimento de ICMS, não por isenção, mas por inexistência de fato gerador na operação própria, ante a ausência de circulação jurídica.

De acordo com o STF “ Não incide ICMS no deslocamento de bens de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte localizados em estados distintos, visto não haver a transferência da titularidade ou a realização de ato de mercancia.”

Ratificando e positivando tal entendimento jurisprudencial, sobreveio a Lei Complementar nº 204/2023, que incluiu o § 4º no art. 12 da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), estabelecendo expressamente que: “Não se considera ocorrido o fato gerador do imposto na saída de mercadoria de estabelecimento para outro de mesma titularidade”.

Nessas condições, ainda que se pretenda qualificar a transferência interestadual como “saída subsequente”, é imprescindível reconhecer que tal operação, por si só, não pode ser tratada como operação tributada, sob pena de frontal afronta ao entendimento vinculante do STF (Tema 1099) e ao texto expresso da Lei Kandir (art. 12, § 4º, incluído pela LC 204/2023).

Nesse raciocínio, deve ser reconhecida a não incidência do ICMS sobre a transferência interestadual entre estabelecimentos do mesmo titular, com a consequente improcedência do lançamento.

No mérito, requer o cancelamento integral do auto infração, com a consequente desconstituição do crédito tributário.

Pede que as intimações e atos referentes ao presente processo sejam feitos por correspondência ao advogado FABRIZIO CALDEIRA LANDIM,

enviada ao endereço: Av. Dep. Jamel Cecílio, nº 2690, Ed. Metropolitan, Torre Tokyo, Sala 1218 – Jardim Goiás – Goiânia GO - CEP 74.810-100.

3 – FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO

Consta que o sujeito passivo efetuou a transferência interestadual de gado bovino, sem recolher o ICMS diferido de operações anteriores. Ação fiscal desencadeada no posto fiscal de Vilhena.

Dispositivos apontados como infringidos:

Anexo III do RICMS/RO aprovado pelo Decreto 22721/2018:

5 - As sucessivas saídas de gado em pé, bovino, bufalino, suíno, caprino ou ovino.

PENALIDADE LEI 688/96

Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: **(NR Lei nº 3583, de 9/7/15 –efeitos a partir de 01/07/15)**

VII - infrações relacionadas às operações com mercadorias ou bens ou, ainda, aos casos de prestações de serviços: (NR dada pela Lei nº 3756, de 30.12.15)

b) multa de 90% (noventa por cento):

2. do valor do imposto, por promover a saída de mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto antecipadamente à operação, sem a comprovação do pagamento na forma da legislação tributária;

A autuação foi realizada na fiscalização no posto fiscal de Vilhena (RO). De acordo com a fiscalização, o contribuinte teria omitido o pagamento do ICMS, devido em operações anteriores, em razão de ter dado causa ao encerramento do diferimento, com a saída interestadual.

A impugnante alega que não teve acesso às cópias da mencionada NF-e ou da GTA, ou ainda às consultas/relatórios utilizados pela fiscalização, à memória de cálculo discriminada e a quaisquer outros anexos referidos na descrição da infração, o que compromete o contraditório e a ampla defesa. Entretanto, a argumentação não tem fundamentos. O sujeito passivo foi devidamente notificado VIA DET, tomando ciência no dia 16.01.2026.

Os Processos Administrativos Tributários estão inseridos na plataforma LECOM – Sistema E-PAT, acessíveis ao contribuinte, nele estão anexados todos os documentos que compõem a autuação.

A defesa sustenta que a Lei nº 3.830/2016 garante ao interessado, na fase instrutória e antes da decisão, o direito de juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como apresentar alegações. Contudo, ainda que tal diploma possa ser aplicado subsidiariamente ao Processo Administrativo Tributário (PAT), este é regido, de forma específica, pela Lei nº 688/96, em seu Capítulo XXIII, e pelo Anexo XII do RICMS/RO.

Nesse contexto, o artigo 116 da referida lei prevê a possibilidade de o sujeito passivo requerer a realização de diligências. Entretanto, no caso concreto, não se verificam os pressupostos invocados pela defesa, especialmente a alegada ausência da nota fiscal e da GTA.

A impugnante aduz que inexistente ICMS anteriormente diferido, diante da isenção na operação interna (item 92, parte 2, Anexo I do RICMS).

De fato, há previsão de isenção para as saídas internas de reprodutores e matrizes de gado bovino, bufalino e suíno entre produtores agropecuários, conforme o Convênio ICMS 139/92. Todavia, tal benefício não se aplica ao caso concreto.

Conforme se extrai das informações constantes nas notas fiscais e GTA anexadas aos autos, os animais destinam-se à engorda, razão pela qual não atendem aos requisitos para fruição da isenção. Tratando-se, portanto, de operação tributada, o imposto devido na saída interna entre produtores encontra-se sujeito ao regime de diferimento, sendo postergado para etapa posterior.

A impugnante entende que a fiscalização presumiu de forma indevida a inexistência de produção própria, pois concluiu que os bovinos transferidos não poderiam ser de propriedade da impugnante, mas, não demonstrou, de forma objetiva e inequívoca, a origem dos animais, limitando-se a inferir que, frente ao marco cadastral do estabelecimento, os bovinos não poderiam ser de propriedade da impugnante.

A alegação da impugnante não procede. No caso, não há mera presunção por parte da fiscalização quanto à inexistência de produção própria, mas sim conclusão fundada em elementos objetivos constantes dos autos.

As Notas Fiscais 6653010 e 6653013 comprovam a aquisição de bovinos pelo sujeito passivo. Além disso, as próprias notas fiscais de transferência consignam como natureza da operação "Transferência de mercadoria adquirida de terceiros".

Somado a isso, a planilha juntada aos autos, em observância ao princípio da verdade material, evidencia expressivo volume de aquisições de bovinos no mercado interno, corroborando a conclusão fiscal.

Alega que a operação subsequente, consiste em mera transferência interestadual do lote entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, hipótese em que, igualmente, não há recolhimento de ICMS, não por isenção, mas por inexistência de fato gerador na operação própria, ante a ausência de circulação jurídica.

De fato, assiste razão à defesa ao afirmar que a transferência, por si só, não constitui fato gerador do ICMS. Contudo, essa premissa não afasta a exigência tributária no caso concreto, pois o auto de infração não tem por objeto a tributação da transferência interestadual.

A cobrança efetuada pelo fisco recai sobre operação anterior, qual seja, a aquisição de bovinos no mercado interno, cujo ICMS foi diferido para etapa subsequente. A transferência interestadual, embora não tributada, atuou apenas como o evento que desencadeou o encerramento do diferimento, tornando exigível o imposto relativo às operações antecedentes.

No caso concreto, o sujeito passivo adquiriu os animais de outro produtor rural, conforme demonstrado pela planilha anexada aos autos e pelas notas fiscais de aquisição existentes na data de emissão das notas fiscais de transferência, promovendo posteriormente a remessa para o Estado do Mato Grosso, com a expressa indicação de tratar-se de "mercadoria adquirida de terceiros".

Nessa sistemática, o imposto incidente na operação anterior foi postergado, nos termos da legislação estadual, para momento posterior.

A legislação de Rondônia, especialmente o Anexo III do RICMS/RO, disciplina de forma expressa o diferimento nas operações internas com bovinos. Nos termos do art. 13, § 1º, II, ocorrendo o encerramento da fase de diferimento, o imposto relativo às operações antecedentes torna-se exigível, devendo ser recolhido pelo responsável quando da saída subsequente por ele promovida, ainda que esta seja isenta ou não tributada.

De igual modo, o item 5, nota 1, II, prevê que o diferimento se encerra na saída com destino a outra unidade da Federação. Assim, ainda que a transferência interestadual não configure fato gerador do ICMS, ela constitui hipótese legal de encerramento do diferimento, tornando exigível o imposto anteriormente postergado.

Dessa forma, não se sustenta a alegação de que a inexistência de fato gerador na transferência impediria a cobrança. Isso porque não se está tributando a transferência em si, mas sim exigindo o ICMS devido na etapa anterior, cuja cobrança foi apenas diferida no tempo.

Anexo III

. Art. 13. Ocorrendo o encerramento da fase de diferimento, a base de cálculo do imposto devido, em relação às operações ou prestações antecedentes, será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.

§ 1º. O imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

II - da saída subsequente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada; ou

PARTE 2

05- As sucessivas saídas de gado em pé, bovino, bufalino, suíno, caprino ou ovino.

Nota 1. Encerra-se o diferimento no momento em que ocorrer qualquer uma das seguintes situações: (NR dada pelo Dec. 25566/20 – efeitos a partir de 27.11.2020)

II - a saída com destino a outra unidade da Federação;

A penalidade: artigo 77, inciso VII, alínea "b", item 2 da Lei 688/96.

No que se refere à penalidade aplicada: “por promover a saída de mercadorias sujeitas ao pagamento do imposto antecipadamente à operação, sem a comprovação do pagamento na forma da legislação tributária”, entende-se que deve ser ajustada, visto que a operação de transferência não é tributada, servindo apenas como fato que encerra o diferimento do imposto devido em etapa anterior.

Dessa forma, a penalidade adequada é a prevista no art. 77, IV, “a”, 1, da Lei nº 688/96, que dispõe:

“Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes:

IV – Infrações relacionadas ao pagamento, retenção ou apuração do ICMS:

a) multa de 90% (noventa por cento):

1. do valor do imposto não pago, por deixar de pagá-lo ou contribuir para que o sujeito passivo deixe de pagá-lo, mediante ação ou omissão que resulte na falta de pagamento, nas hipóteses para as quais não haja previsão de penalidade específica.”

Quanto aos dispositivos infringidos, impõe-se a adequação da capitulação legal aos fatos descritos, para constar o art. 13, § 1º, II, e o art. 57, II, “a”, do RICMS/RO, bem como o item 5, Nota 1, II, da Parte 2 do Anexo III.

As alterações ora propostas encontram amparo no art. 108 da Lei nº 688/96, que dispõe: estando o processo em fase de julgamento, os erros de fato e de capitulação da infração ou da penalidade poderão ser corrigidos pelo órgão julgador, de ofício ou em razão de defesa ou recurso, não constituindo motivo para decretação de nulidade, desde que da correção não resulte penalidade superior àquela constante do auto de infração.

4 – CONCLUSÃO

No uso da atribuição disposta no art. 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto nº 9157 de 24/07/00, julgo **PROCEDENTE** a ação fiscal e declaro devido o crédito tributário no valor de R\$ 131.863,04 (Cento e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e quatro centavos), devendo o mesmo ser atualizado até a data do pagamento.

5 - ÓRDEM DE INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado a recolher o crédito tributário devido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste, garantido o direito de apresentar Recurso Voluntário à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, no mesmo prazo, conforme artigo 134, da Lei 688/96, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado e consequente execução fiscal.

Nos termos do art. 108, § 2º. Em qualquer caso previsto neste artigo, será ressalvado ao interessado, expressamente, a possibilidade de efetuar o pagamento do crédito tributário no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação, com desconto igual ao que poderia ter usufruído no decurso do prazo previsto para a apresentação de defesa tempestiva. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

Notifiquem o advogado FABRIZIO CALDEIRA LANDIM, no endereço: Av. Dep. Jamel Cecílio, nº 2690, Ed. Metropolitan, Torre Tokyo, Sala 1218 – Jardim Goiás – Goiânia GO - CEP 74.810-100.

Porto Velho, 08/06/2026

EDUARDO DE S. MARAJO

JULGADOR DE 1ª INSTÂNCIA